



CIDADE  
PARTICIPADA:  
ARQUITECTURA  
E DEMOCRACIA

OEIRAS

COORDENAÇÃO  
RICARDO  
SANTOS

OPERAÇÕES  
SAAL

1

TINTA CHINA

LISBOA · MMXVI

© 2016, Autores e Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua Francisco Ferrer, 6-A  
1500-461 Lisboa  
Tels.: 21 726 90 28/29/30  
E-mail: info@tintadachina.pt

www.tintadachina.pt

Título: *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia.*

*Operações SAAL – Oeiras.*

Autoria e Coordenação: Ricardo Santos

Textos: Nuno Portas e Carlos Machado

Créditos fotográficos:

Arquivo Albano Pereira: 2, 4, 12, 139

Arquivo AM Luta Pela Casa: 135

Arquivo CMO: 10, 114, 128-132, 140-143

Arquivo Equipa Técnica SAAL Linda-a-Velha: 14-52, 62, 64-70, 146

Arquivo Equipa Técnica SAAL Portela/Outurela: 1, 3, 13, 16, 71-90, 92-112, 145, 147

Arquivo Fernando Menezes: 121

Arquivo José Cid: 91

Arquivo Manuel Madruga: 53, 63, 134

Arquivo Maria Viegas: 5, 7, 11

Biblioteca Nacional de França: 144

Carlos Machado: 113, 136-138

© Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa: 9

© Nuno Teotónio Pereira e Pedro Viana Botelho. Serviços Centrais do SAAL, Secretaria de Estado da Habitação / MOP: 8

Fotografia da capa: Equipa Técnica SAAL Portela/Outurela

Conselho Editorial: Alexandre Alves Costa, Ana Catarina Costa, Carlos Machado, Luís Urbano,

Manuel Graça Dias, Marta Oliveira, Miguel Reimão Costa, Ricardo Santos, Sérgio Fernandez

Revisão: Tinta-da-china

Capa e composição: Tinta-da-china (P. Serpa)

1.ª edição: Setembro de 2016

ISBN: 978-989-671-331-7

DEPÓSITO LEGAL n.º 414373/16

## ÍNDICE

<i>Apresentação da colecção</i>	8
<i>Mensagem do presidente da Câmara Municipal de Oeiras</i>	10
<i>Siglas</i>	12

### 1 INTRODUÇÃO

O Programa SAAL, <i>por Nuno Portas</i>	14
O concelho de Oeiras antes de 1974	30
O processo SAAL em Oeiras: 1974-1985	38

### 2 BAIROS SAAL EM OEIRAS

Bairro 25 de Abril – Linda-a-Velha	54
Bairro 18 de Maio – Portela/Outurela	92
Bairro Luta pela Casa – Carnaxide	124

### 3 O LEGADO DO SAAL NO CONCELHO

A importância do SAAL no concelho de Oeiras depois de 1985	152
A periferia da cidade e o direito ao lugar, <i>por Carlos Machado</i>	162

<i>Depoimentos</i>	170
<i>Notas</i>	180
<i>Bibliografia</i>	202

Quem aqui vier morar  
Não traga mesa nem cama  
Com sete palmos de terra  
Se constrói uma cabana  
[...]

Eram mulheres e crianças  
Cada um com o seu tijolo  
Isto aqui era uma orquestra  
Quem diz o contrário é tolo  
[...]

Mas não por vontade própria  
Porque a luta continua  
Pois é dele a sua história  
E o povo saiu à rua

«Os Índios da Meia Praia»,  
Zeca Afonso, 1976

## APRESENTAÇÃO DA COLECÇÃO

O projecto editorial *Cidade Participada: Arquitectura e Democracia* é uma colecção composta por dez volumes dedicados ao Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), em vigor entre 1974 e 1976.

A colecção tem como objectivo documentar, estudar e divulgar um conjunto diversificado de processos, projectos e bairros, contribuindo não só para um conhecimento mais completo da arquitectura portuguesa do pós-25 de Abril de 1974, como também para a discussão sobre a construção da cidade contemporânea.

A investigação em curso abrange diversas operações a nível nacional, distribuídas pelas três regiões do país de acordo com a organização do Serviço à data da sua criação: SAAL/Norte, SAAL/Lisboa Centro-Sul e SAAL/Algarve.

O saber adquirido e as ideias e metodologias lançadas pelas diferentes operações poderão servir de base para uma discussão sobre os problemas da cidade contemporânea, sobretudo no que diz respeito à habitação, aos processos de participação, à vivência própria de cada bairro e ao modo de habitar das suas populações.

A estrutura e a coerência da colecção são garantidas pelo conselho editorial. Cada volume terá a seu cargo uma coordenação e uma equipa de investigadores do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP).

A circunscrição de cada livro a uma operação, ou a um grupo de operações, de acordo com a área geográfica em estudo permite, partindo de um melhor entendimento de alguns processos, conhecer a diversidade das circunstâncias, metodologias, projectos e populações envolvidas no programa SAAL. Pretendemos, com esta colecção, divulgar um conjunto de projectos e bairros pouco conhecidos, e aprofundar o estudo daqueles que o tempo cimentou como os mais emblemáticos.

*O Conselho Editorial  
Março de 2016*

## MENSAGEM DE PAULO VISTAS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

«Só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação», dizia o refrão de uma música de intervenção trauteada em 1974 e que, em certo sentido, corporiza muito do que foi o projecto SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), uma das ideias mais poderosas nascidas logo após o 25 de Abril. E se o afirmo é porque vejo no SAAL um extraordinário pioneirismo na adopção de lógicas de proximidade e de participação mutualista, solidária e de interajuda.

Destinado a dotar as populações mais carenciadas de habitações dignas, lembrar hoje, quase meio século depois, o projecto SAAL é prestar um digno tributo a quem tão bem soube interpretar um modelo de cidadania onde povo, banca e Estado souberam cumprir articuladamente as suas respectivas missões: o povo construía fogos e arruamentos em permanente diálogo com arquitectos e engenheiros; a banca financiava; e o Estado legitimava. Até à sua prematura extinção, em 1976, o SAAL assumiu-se como uma real demonstração da verdade inscrita no velho aforismo: «A união faz a força!»

Felicito todos os que tiveram a belíssima ideia de editar a colecção que agora se inicia, honrando assim a memória de um projecto que teve na habitação a sua razão de vida, mas que foi essencialmente um projecto de enorme grandeza humana e de fidelidade à democracia. Destacaria o papel do Arq. Ricardo Santos como coordenador deste empreendimento, do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e, naturalmente, das Edições tinta-da-china.

Não posso deixar de registar aqui uma sentida e profunda palavra de gratidão à 18 de Maio, bem como a duas outras associações de moradores do município de Oeiras: a 25 de Abril e a Luta pela Casa, constituídas precisamente no seio do SAAL.

Como presidente da Câmara, e sobretudo como oeirense, sinto particular emoção e orgulho por saber que o meu município já nesse tempo sabia estar na vanguarda da luta pela habitação digna.

E continuamos com a mesma determinação, com a mesma vontade e com a mesma dedicação a defender a causa da «liberdade a sério», como declarava a canção. Por isso construímos o Plano Estratégico «Habitar Oeiras», o qual incide de forma integrada no apoio aos idosos, no apoio à habitação para estudantes universitários, no apoio ao investimento em bairros municipais, no apoio a jardins de infância e escolas do 1.º ciclo (e respectivos equipamentos) e, evidentemente, no apoio às famílias mais carenciadas. Toda esta transversalidade garante a dimensão humana que, no município de Oeiras, queremos continuar a conferir às políticas de habitação.

Para que Oeiras seja a «casa» de todos, e para que a «cidade» saiba conviver com o sonho e com a utopia!

Muito obrigado.

*Paulo Vistas*  
Presidente da Câmara Municipal de Oeiras

## SIGLAS

**AML** Área Metropolitana de Lisboa

**CMO** Câmara Municipal de Oeiras

**CHE** Cooperativa de Habitação Económica

**DGERU** Direcção Geral de Equipamento Regional e Urbano

**EPUL** Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

**IGAPHE** Instituto de Gestão e Alienação do  
Património Habitacional do Estado

**INH** Instituto Nacional de Habitação

**IPSS** Instituição Particular de Solidariedade Social

**MDP-CDE** Movimento Democrático Português  
/ Comissão Democrática Eleitoral

**FFH** Fundo de Fomento da Habitação

**SAAL** Serviço de Apoio Ambulatório Local

**SMH** Serviços Municipais de Habitação

**SNBA** Sociedade Nacional de Belas Artes

# INTRO DUÇÃO

# O PROGRAMA SAAL

---

## NUNO PORTAS

[Texto originalmente publicado como «SAAL and the Urban Revolution»,  
in C. Richard Hatch (ed.), *The Scope of Social Architecture*.  
Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1984.]

## 1. INTRODUÇÃO

A ruptura política e social de Abril de 1974 e o seu reflexo no aparelho de Estado durante o período de clarificação política e ideológica que imediatamente se lhe seguiu criaria as condições necessárias à reformulação das políticas da habitação e do urbanismo.

Contudo, a esperança numa mudança radical nas condições de vida, alimentada pelas classes mais desfavorecidas, depressa se viu confrontada com as limitações objectivas e materiais de um país dependente, bem como pelas contradições características de uma administração herdada do anterior regime, na qual os efeitos de uma mudança, mesmo relativa, nas esferas mais altas de poder pouco se fizeram sentir — apesar da pressão crescente das classes mais baixas a quem se dirigiam em primeira mão. Por entre os maniqueísmos ideológicos derivados das liberdades reprimidas e a realidade, a prática arquitectónica dá origem a uma reforma nas propostas de projectos com base no compromisso, com esperança na transformação, em linha com as novas condições e possibilidades abertas à profissão. No que diz respeito à arquitectura pública, a mudança política ver-se-á em primeiro lugar nas múltiplas encomendas locais, que possuem por vezes um carácter agressivo nas áreas urbanas subdesenvolvidas. Também se sentirão repercussões no mercado imobiliário e nas empresas de construção civil, atingidas pela queda drástica das receitas ligadas à especulação, ou simplesmente pela precariedade das reservas fundiárias. É de notar que as primeiras empresas a desaparecer (em certos casos em resultado da intervenção do Estado) estavam já condenadas pela sua política fundiária (uma desproporção entre o capital empenhado em terrenos e a procura solvente das construções).



A outro nível, só é possível rectificar a lentidão proverbial da construção de habitação social (apenas 7% da construção legalizada e 5% da total) através do uso de terrenos previamente adquiridos e de projectos preexistentes, mesmo se à luz das novas políticas e de novas pressões sociais e culturais estes parecessem ser, no mínimo, suspeitos: aconteça o que acontecer, não se pode parar o ritmo da construção de habitação mesmo que a reordenação urbana tenha de esperar. A primeira legislação é multidireccional: por um lado desenvolvendo, ainda que modestamente, os projectos do já existente Fundo de Fomento da Habitação (FFH), bem como projectos de empresas privadas adequados ao referido programa (sob a forma de construção convencional); por outro lado, criando sistemas alternativos de promoção pública baseados numa organização autónoma de demanda social e nas capacidades virtuais de autogestão: o programa SAAL e o programa de cooperativas habitacionais (CHES). Criados ainda em 1974, estes sistemas tendem a favorecer programas descentralizados (apesar dos riscos administrativos inerentes), através de organizações de moradores e cooperativas, que controlam directamente as operações, incluindo o relacionamento com os técnicos, inicialmente indicados pelo Estado.

Relativamente ao urbanismo, é tomado como ponto de partida o princípio da renovação ambiental das áreas degradadas, arriscando conflitos institucionais nos casos de não conformidade com planos vigentes. Tendo em conta que a maioria dos projectos de iniciativa privada existentes se baseiam na lógica da valorização fundiária, o cumprimento deste programa encontra sérias dificuldades. Apesar de não visar nem uma reconfiguração da cidade, nem um plano alternativo, o programa SAAL (especialmente no Porto) provoca sucessivas oposições entre esses planos e os projectos: o dinamismo do movimento e o confronto entre moradores e técnicos dá azo, implicitamente, a uma visão alternativa do processo de fazer cidade.

O critério que inspira a maioria das construções nega a receita do bloco isolado rodeado de espaços incaracterísticos; a escolha recai em tipos e escalas preexistentes que correspondem às preferências da população: grupos de casas de dois ou três pisos directamente ligados à rua, com espaços exteriores bem definidos e, ocasionalmente, pequenos pátios privativos; e combina as novas construções com a renovação de edifícios vizinhos degradados; com recurso à tipologia comum

da habitação da classe operária. A segunda característica deste programa é a sua vocação social, o que o distingue de outras políticas sociais de habitação. Aqui, o ponto de partida é a prévia organização social da procura; o programa é, como tal, reconhecido pelo Estado como um organismo com uma jurisdição normalmente exclusiva dos departamentos oficiais: escolha do lugar, definição do programa e das suas fases, nomeação e assistência dos técnicos envolvidos no programa, alocação dos encargos financeiros e distribuição dos fogos. Desta forma, o programa SAAL procura estabelecer um processo de cooperação *conflituosa* entre o Estado e os cidadãos, tendo em conta o facto de aos últimos não interessar se o Estado abandona os seus deveres essenciais para com as classes subordinadas. Simultaneamente, não pode cumprir esses deveres sem que os cidadãos se organizem por forma a controlar e gerir as iniciativas que têm de estar de acordo com as suas necessidades.

A adaptação da arquitectura ao contexto social e físico é a terceira particularidade do processo SAAL; uma característica metodológica com o objectivo de se libertar dos preconceitos da criação formal, de forma a integrar a procura social e a participação dos moradores no projecto. É certo que, em alguns casos, a participação do *cliente* pode não ser mais que um alibi para explicar a ideologia da arquitectura relativa ao modo de vida (na melhor tradição dos construtivistas soviéticos, de Corbusier, ou de Rossi, que então começava a fazer escola). Contudo, os arquitectos também podiam por vezes ser rejeitados. Apesar de tudo isto, estes casos extremos não devem tirar crédito à experiência inédita de diálogo com a população, através do qual o arquitecto vai experimentando e aprendendo; essa aprendizagem é alcançada pelo debate constante, pela presença na obra, e por estar atento, logo desde o início do projecto, às vidas privadas dos moradores. Em poucos meses, o programa SAAL iniciou a elaboração de um número considerável de projectos — muitos mais do que os atingidos através de outras formas de promoção pública —; por esta razão é olhado com suspeita por parte do aparelho de Estado. Estes projectos, muitas vezes inovadores no contexto da construção popular portuguesa são, para muitos, susceptíveis de evolução. De maneira geral dão lugar a habitações de poucos pisos, bem adaptadas à capacidade produtiva de empresas de média dimensão, capazes mesmo de

absorver e integrar exemplos de arquitectura espontânea ou de auto-construção. Até 1977 quase todas as operações promovidas pelo FFH foram inspiradas por projectos antigos, enquanto que o SAAL, não querendo adiar o início das fases de construção, adapta projectos existentes, com maior ou menor sucesso, aos grupos sociais e aos lugares a que se destinam, diversificando assim a intervenção das empresas de construção civil. Sem apriorismos dogmáticos ou utopias de salvação, o processo SAAL consegue estabelecer um acordo entre projecto social e arquitectura. No caso concreto do planeamento territorial, procura consolidar os efeitos sociais e políticos dos movimentos urbanos, o que explica a natureza conflituosa desta experiência. Vinte a trinta operações de maior ou menor importância têm assim início; algumas serão exemplares (especialmente no Porto), quer isso se deva à sua centralidade ou às tipologias adoptadas e qualidade da arquitectura. Outras (Lisboa e arredores), pelo contrário, para além da sua localização, nada possuem que as distinga em estrutura, escala, ou modo de construção das normas tradicionalmente adoptadas nos bairros da classe operária: isto significa, em poucas palavras, que a revisão dos processos institucionais falha ao não produzir uma modificação do produto final; ou que, alguns tecnocratas, apesar de terem uma concepção confusa e desactualizada do que constitui um projecto aberto à participação dos moradores, se autoproclamam porta-vozes da vontade popular, e sob o disfarce da objectividade técnica ou de argumentos ideológicos, encobrem as vicissitudes e os verdadeiros obstáculos encontrados na gestão do programa SAAL, asfixiando ou anulando assim as expectativas e possibilidades da inovação dos processos institucionais<sup>1</sup>.

## 2. O PROGRAMA SAAL

O Programa de Serviço de Apoio Ambulatório Local, conhecido em Portugal como SAAL, foi lançado alguns meses após a Revolução de Abril de 1974, com o objectivo de introduzir um novo processo na política de habitação — relações novas entre os diferentes agentes com um papel na produção, distribuição, e utilização das habitações — e, através da própria mudança do processo, atingir um produto final diferente, tanto na forma como nos sistemas de gestão.

O conceito tradicional de habitação separa completamente o construtor do utilizador, dessa forma separando os segundos — os moradores — tanto das equipas de projecto como do trabalho de construção, encomendado pelo governo e terminado antes da atribuição da casa ou de os inquilinos entrarem nas instalações. Muito raramente foi dada voz aos moradores no que toca à escolha do local, à organização da comunidade ou ao tipo de construção, tendo estes tido ainda menos que dizer em relação à alocação do investimento, à escolha da empresa de construção, ou na distribuição dos fogos. Na habitação social tradicional, tudo está já feito quando o inquilino chega. Com o programa SAAL ele chega *antes* de qualquer decisão ter sido tomada. Por outras palavras, o novo programa começa pela *organização prévia da procura final*, isto é, pelo grupo dos destinatários, e quase sempre com base na existência de uma *ecologia social*, uma vez que o programa se dirigia especialmente a comunidades já estruturadas, *habitando* em casas degradadas ou bairros de lata. Os mesmos princípios são seguidos para as associações cooperativas de futuros moradores que, neste caso, vivem em zonas em que não está necessariamente prevista a desocupação e reconstrução. A participação directa de futuros moradores na elaboração da habitação é apenas uma das consequências esperadas, e não constituía o objectivo primordial do programa. Os objectivos iniciais do programa SAAL eram:

- 1 Transferir a liderança dos processos administrativos e técnicos para os utilizadores (procura organizada), criando dessa forma novas relações na gestão do projecto. Isto exige que uma margem legal suficiente de decisões locais seja dada aos utilizadores. Só a este nível de autonomia se pode falar de participação. De outra forma, a participação não passa de um desejo de governância.
- 2 Estabelecer uma ligação entre cada programa de habitação e as situações urbanas específicas, de forma a que as soluções técnicas dos projectistas tenham em linha de conta a reabilitação do parque imobiliário, a maximização das infra-estruturas existentes, as condições ambientais e, em ultimo lugar mas com igual importância, a estabilidade de uma comunidade de utilizadores específica e estruturada.

- 3 Criar condições para a mobilização de recursos próprios da comunidade local — não apenas recursos de iniciativa e gestão, mas também materiais e mão-de-obra (desempregados e trabalhadores precários, voluntariado, etc.) — num processo de maior alcance que também concorre para criar formas de construção mais adaptadas.

Em consequência do princípio da participação dos moradores, anuncia-se uma mudança no processo convencional unidireccional do planeamento urbanístico (do topo para a base, do geral ao particular, e tendendo para o *grande projecto*, excluindo a contaminação e o envolvimento local). Com o programa SAAL estabeleceu-se um fluxo de informação de sentido inverso, apoiado pela base da comunidade e começando por uma análise dos recursos e das formas locais. Uma síntese mais ou menos dialéctica dos dois modos de acção depende da visão política e da qualidade dos dirigentes e projectistas locais — da capacidade de adaptação a dinâmicas mais interactivas entre os planos de larga escala e as propostas locais que surgem do diálogo com os habitantes das áreas. Não devemos esquecer que uma nova visão da economia urbana está subjacente a esta metodologia interactiva: um princípio de austeridade com ênfase na multiplicação de vantagens de pequena escala por oposição à ênfase na nova infra-estrutura de capital intensivo dos planos urbanísticos da década de 60. (*Small is beautiful...*).

### 2.1. FINANCIAMENTO DO PROGRAMA SAAL

Estes princípios ganham forma através de um esquema de financiamento público que traria maiores benefícios aos moradores se se reduzisse o capital necessário por habitação construída ou reabilitada. O programa SAAL estimula não apenas a incorporação dos recursos dos próprios moradores, mas também as poupanças provenientes da gestão directa dos trabalhos ou dos contratos com empresas locais escolhidas pelas associações de moradores. A redução de custos resultante da escolha de empresas de construção sem fins lucrativos, tais como cooperativas locais, foi considerável e muito maior do que os ganhos normalmente associados à estandardização e prefabricação. A abordagem do programa SAAL procurou igualmente alterar a rigidez dos códigos e critérios da prática projectual, levando à incorporação

de estruturas existentes (redes de estradas, edifícios antigos, etc.) e à concepção de estruturas *evolutivas* para adiar parte do investimento total exigido.

Os objectivos da nova política de habitação não partiam de metas globais quantificadas, e não previam nem uma dependência do sistema empresarial privado convencional (limitado, em Portugal, a um punhado de empresas poderosas, mais habituadas a controlar do que a serem controladas pelo Estado), nem a constituição de um dispendioso departamento governamental para o planeamento e a construção — as soluções típicas utilizadas, respectivamente, na Comunidade Económica Europeia e nos países do Leste europeu. Em vez disso, formariam um novo sistema de políticas diversificadas e complementares, a serem implementadas pelos seguintes agentes:

- 1 As organizações de destinatários (via cooperativa).
- 2 Os serviços do Estado e, mais tarde, os serviços municipais (via promoção pública directa).
- 3 A iniciativa privada, através de contratos de construção, com preço de venda previamente estabelecido (via de concessão ou garantia de compra).

Uma das preocupações era tornar compatíveis e complementares os resultados das três vias através do estabelecimento de padrões de concepção comuns e da definição de um sistema de rendas baseado no rendimento familiar. Os objectivos de produção a ser atingidos por cada uma destas vias não eram fixados, já que o problema principal não era, ainda, a falta de meios financeiros mas a escassez de terrenos disponíveis, ou de projectos adequados e a ameaça de aumento do desemprego (tanto nas principais empresas de construção civil profundamente endividadas, como nas mais pequenas, incapazes de competir). Quando começámos, não existiam planos de desenvolvimento regional que estabelecessem prioridades entre os sectores produtivo e social. Da mesma forma, ainda não haviam sido concebidos planos urbanísticos que reflectissem as novas políticas sociais, dando prioridade aos estratos de menores rendimentos.

Ao organizar-se um sistema de políticas paralelas e complementares, em vez de um que favorecesse apenas uma única fórmula desde o

início, teve de ser feito um esforço não apenas para evitar uma perda de tempo indesejável na reestruturação do sector da construção, mas também para garantir que os moradores (e os seus representantes) tivessem a possibilidade de escolha entre essas vias em função dos diferentes resultados quantitativos e qualitativos de cada via. Acabou por se verificar que inicialmente todas as alternativas tinham desvantagens, ou pelo menos áreas de resistência inesperadas embora diferentes.

A *via de concessões*, que já fora experimentada em Itália, tinha a vantagem de não exigir previamente a aquisição pública de terrenos e a aprovação dos projectos, uma vez que as empresas já as possuíam. Dependia, contudo, da vontade das empresas em cumprir os limites de preço e os padrões estabelecidos pelo governo — isto é, da sua vontade de abdicar dos lucros excessivos em favor da garantia de crédito e de procura oferecida pelo Estado. Ao mesmo tempo, a nova administração teria de aceitar empreendimentos e projectos urbanísticos aprovados no anterior regime, não conformes com os novos critérios de localização como a acessibilidade ou a preservação do equilíbrio ecológico.

A *via pública directa* dependia da eficiência dos departamentos técnicos e administrativos governamentais, exclusivamente centrais, que sob o anterior regime não tinham dado provas de liderança, de capacidade de controlar despesas, ou demonstrado interesse na coordenação urbanística. Também não possuíam uma quantidade significativa de terrenos e empregavam geralmente as tipologias comuns da arquitectura de grandes edifícios colectivos — que eram as preferidas pelas grandes empresas, mas inapropriadas para a maioria dos ambientes urbanos. O seu produto típico era o *grand ensemble* (do modelo francês da década de 60), sem ligação à malha urbana e com blocos habitacionais dispostos em espaços exteriores vagos, de difícil manutenção. Esta lógica só seria alterada mais tarde ao transferir as funções de concepção para os municípios e para as regiões.

A *via cooperativa* não tinha tradição em Portugal e, no arranque, sofreu da mesma dificuldade na obtenção de terrenos para construção também sentida pela segunda via de promoção pública directa. E sobretudo, não estava dependente da boa vontade do governo, mas da capacidade de mobilização dos moradores potencialmente interessados.

Esperava-se que, uma vez ultrapassado o período inicial de organização, as cooperativas se tornassem elas próprias num movimento colectivo de pressão sobre os departamentos do Estado para conseguir os terrenos e os financiamentos necessários. E isto veio, de facto, a acontecer. A dinâmica deste terceiro canal levou o Estado às primeiras expropriações de terrenos — frequentemente em áreas centrais — e mais tarde à aprovação de legislação que acelerava o processo de aquisição de terrenos. Partiu-se do princípio de que os resultados do canal cooperativo iriam originar operações de construção de menor escala, melhor integradas na malha urbana e adequadas a empresas de construção mais pequenas, tendo projectos especialmente concebidos para cada local e, como tal, melhor adaptados ao seus contextos físicos e às comunidades a que se dirigiam. Era igualmente provável que o custo de produção fosse mais baixo. De facto, foi isso que aconteceu. Tal como esperado, o programa SAAL e o movimento cooperativo permitiu aos arquitectos portugueses levar a cabo experiências inovadoras nos métodos de participação e de concepção, bem como nas relações formais dos projectos com contextos humanos e urbanos específicos.

## 2.2. AS EQUIPAS SAAL

Ao mesmo tempo que convidava os moradores a que se associassem em cooperativas para gerir e controlar projectos envolvendo a reabilitação de edifícios ou novas construções, o governo criou uma organização de assistência técnica que fornecia uma equipa especializada a cada associação. Foram formadas cerca de cem equipas técnicas, incluindo arquitectos, engenheiros, assistentes sociais e estudantes de diferentes áreas. As associações tinham o direito de escolher uma equipa compatível, com base no conhecimento dos seus métodos e experiência. As equipas técnicas designadas por *brigadas*, geralmente lideradas por arquitectos, deveriam assegurar:

- 1 Apoio inicial no estabelecimento das associações cooperativas de moradores, na delimitação das áreas sociais e urbanas do futuro projecto, na organização das actividades da comunidade, do programa de construção, através de inquéritos e entrevistas e em assembleias-gerais, e discussão pública de planos de acção alternativos para a sua implementação.

CIDADE  
PARTICIPADA:  
ARQUITECTURA  
E DEMOCRACIA

---

OPERAÇÕES SAAL  
**OEIRAS**

foi composto em caracteres  
ArcherPro, EdmondSans e Deming,  
impresso na Guide, Artes Gráficas.,  
em papel Munken Lynx de 120 gramas,  
em Setembro de 2016.

